

A prática de ensino de instrumento em grupos nos Estágios Supervisionados Docentes.

Maria Isabel Montandon
Universidade de Brasília - UnB
misabel@unb.br

Resumo: O presente texto trata de uma experiência de orientação em uma turma de estágio supervisionado docente, tendo como foco o ensino de instrumento em grupo ou ensino coletivo. O objetivo é mostrar os desafios dos licenciandos em relação ao que e como ensinar quando se deparam com diferentes formatos de ensino de instrumento em grupo nas escolas da rede pública, durante os estágios supervisionados. Discute a importância de se mostrar e construir modelos, materiais e estratégias de ensino mais adequadas a esses formatos de aula, e a necessidade de oportunizar contextos práticos reais nos primeiros anos dos cursos de Licenciatura para vivenciar o que e como ensinar instrumentos em grupos e não apenas o porquê. O texto finaliza mostrando exemplos da trajetória e de escolhas e desenvolvimento de repertórios dos estagiários do primeiro semestre letivo de 2014 na Universidade de Brasília.

Palavras chave: Ensino em grupo, Estágios Supervisionados, ensino de repertório.

Introdução

O ensino de instrumentos em grupo ou ensino coletivo¹ tem ganhado adeptos no Brasil, percebido no aumento de publicações relativas a pesquisas sobre o tema ou a relatos de experiências com o ensino de instrumento em grupos². Embora “ensino em grupo” ou “ensino coletivo” possa significar diferentes conteúdos, formatos, objetivos, materiais e metodologias, a literatura tem enfatizado as diversas vantagens e potenciais desse formato de grupo, incluindo um melhor uso do tempo, maior motivação para a aprendizagem, espaço oportuno ao desenvolvimento de uma aprendizagem colaborativa, ampliação e interação dos conhecimentos e habilidades musicais, dentre outros. (CERQUEIRA, 2009, TOURINHO,

¹ No presente trabalho, as duas terminologias serão usadas como sinônimos.

² Além de artigos encontrados em periódicos e congressos da área, o ensino de instrumentos em grupo ou coletivo tem sido tema de dois: o Encontro Nacional de Ensino Coletivo de Instrumentos Musicais – ENECIM, e o Encontro Internacional de Piano em Grupo.

2008, CRUVINEL, 2008; SWANWICK, 1994; MONTANDON, 2001, CORVISIER, 2008, SODRÉ, 2012).

Com a promulgação da Lei 11.769/2008, a defesa do ensino de instrumento em grupo nas instituições de ensino básico se intensificou, principalmente pelas possibilidades de democratização de acesso à aprendizagem musical e das oportunidades de se tocar um instrumento dentro de um grupo de alunos (CRUVINEL, 2008; SODRÉ, 2012)

Embora muitos tenham interesse em ensinar em grupos, os desafios aparecem quando de sua aplicação. Como ensinar repertórios a todos ao mesmo tempo? Como atender às dificuldades técnicas individuais? Como mobilizar todos os alunos durante toda a aula? Como fazer para que todos estejam envolvidos ao mesmo tempo? Que recursos usar quando não há instrumento para todos? Como desenvolver atividades de composição e a improvisação, por exemplo, nesses contextos? Que programa propor?

Essas são algumas das muitas dúvidas manifestadas pelos interessados em ensinar em grupo, especialmente notado nos cursos de Estágio Supervisionado e Práticas de Ensino e Aprendizagem Musical³, quando os alunos devem dar aulas por várias semanas. Ou seja, embora a literatura defenda a experiência com o ensino em grupos, ou apresente princípios pedagógicos claros e convincentes, ela é lacunar e ainda escassa no passo a passo metodológico. Com isso, os alunos se sentem despreparados e receosos para enfrentar os desafios de dar aulas com muitos alunos, principalmente no contexto das escolas regulares.

O ensino em grupo não é, em si, uma metodologia, mas, um formato onde grupos de pessoas irão aprender a tocar um instrumento, a fazer e compreender música, com diversas finalidades (FISCHER, 2010). E esse formato pode ser imensamente diverso: formado por grupos de instrumentos homogêneos (mesmo instrumento) ou heterogêneos (diferentes) (CRUVINEL, 2005), por número variável de alunos na turma (por exemplo, de dois a 40), com alguns instrumentos e vários alunos (o que é geralmente, o caso das escolas públicas), e com funções que variam desde aprender a tocar o instrumento até usar os instrumentos para “musicalizar”, ou ainda, para “complementar” a formação do músico. O ensino em grupo na escola regular, em especial, envolve grandes desafios – pelo número de alunos, pelo fato de serem obrigados a fazer a disciplina, e pelas condições geralmente desfavoráveis de ensino.

³ Na Universidade de Brasília - UnB, a prática de ensinar instrumentos em grupo pode ser realizada nos Estágios Supervisionados e também na disciplina Práticas de Ensino e Aprendizagem 3, voltada especificamente para o ensino e aprendizagem dos instrumentos musicais nos níveis iniciantes e intermediários.

Por isso, ele necessita de clareza sobre seus objetivos e possibilidades, dentro de cada contexto. Saber que grupos serão esses, quantos alunos, como são esses alunos, quanto tempo terão de aula, que instrumentos podem estar disponíveis nas aulas, e assim por diante. A partir do mapeamento das condições e possibilidades de trabalho poder-se-á planejar que tipo de aula de instrumento em grupo ou coletiva será desenvolvida.

A relação teoria / prática nos cursos de formação de professores:

A prática como imitação de modelos tem sido objeto de críticas, quando se trata apenas de aprender as “rotinas de intervenção técnica” ou as habilidades para resolução de problemas, desacompanhadas de reflexão. “A prática pela prática e o emprego de técnicas sem a devida reflexão podem reforçar a ilusão de que há uma prática sem teoria ou de uma teoria desvinculada da prática”. (PIMENTA e LIMA, 2004, p.37). Daí as críticas às atividades de estágio reduzidas ao “como fazer”, foco da formação de professores no modelo tecnicista.

Embora a pertinência dessas críticas deva ser considerada, elas podem também provocar interpretações equivocadas, como, por exemplo, entender que o foco na teoria ou em princípios educativos é suficiente para desenvolver professores que saibam resolver os desafios da ação docente, ou como se o desenvolvimento de uma reflexão crítica sobre a área ou a escola bastasse para que os licenciandos aprendam a buscar, a selecionar e organizar conteúdos e desenvolver estratégias de ensino atuais e adequadas aos contextos onde atuam.

Gatti (2009), em pesquisa sobre os cursos de formação de professores, constatou que a ênfase dos cursos está sobre o porquê ensinar, no intuito de evitar que determinadas matérias se transformassem apenas em receituários. No entanto, a consequência disso tem sido a pouca atenção ao que e como ensinar, resultando em um desequilíbrio entre teoria e práticas, em favor de teorizações mais abstratas. Mendes (2011) relata a insegurança de professores sobre como dar aulas de determinadas temáticas. Como desenvolver a segurança nos estagiários sobre o “modo de fazer”? Como se trabalha um determinado conteúdo ou tema? Como observa Mendes (2011), essa é uma pergunta que não se responde apenas com teorias.

“A transposição didática precisa ser aprendida pelos professores, para que possam incorporar essa nova abordagem ao seu fazer profissional. Mas, como em qualquer receita, não basta saber a lista de ingredientes, é preciso conhecer o modo de fazer. E, ao contrário do que se tem defendido na

história da formação de professores, as receitas didático-pedagógicas são necessárias”. (MENDES, 2011, s/p)

O autor explica que receitas não são, necessariamente um modelo de etapas objetivas a serem seguidas, mas “um conjunto de princípios a serem considerados na construção da prática educativa”.

Nos meus vários anos como orientadora de estágio supervisionado, chama a atenção o fato de que, uma vez na prática, os alunos parecem ignorar toda as experiências prático/teóricas anteriores. Todos os chamados “princípios pedagógico-musicais”, embora entendidos teoricamente e mesmo vivenciados em práticas pontuais, seja em oficinas ou mini-aulas, parecem não surtirem efeito na transformação de suas formas de dar aulas quando inseridos nos contextos reais de ensino das escolas. Muitos deles relatam terem aprendido o que não fazer, mas permanecem com a insegurança sobre o fazer nas salas de aula. Parece que a questão não é se os professores são reflexivos, “mas como estão refletindo e sobre o que estão refletindo” Zeichner apud Alarcão (2001, p. 77)

Alarcão (2001), ao se referir à sociedade do conhecimento observa que não é necessário apenas aprender a aprender, mas, “aprender a desaprender para reaprender e empreender de forma diversa e a um nível qualitativamente diferente” (p.43), tendo como referências métodos, estratégias, conteúdos e formas de organização, gestão e avaliação específicas, de forma que esse novo conhecimento e essa nova aprendizagem se transformem realmente em “conhecimento pedagógico”. Ou seja, a construção desse conhecimento pedagógico necessita de contextos de práticas ao longo de todo o curso, e com a mesma intensidade e linearidade que os estágios, além da participação dos professores como orientadores nesse processo.

Isso é especialmente presente nos contextos de ensino de instrumento, dada a escassez de experiência sobre como ensinar e aprender em grupos, a permanência de modelos associados ao ensino individual, e a pouca relevância que estratégias de aprendizagem informais parecem ter para os alunos. Assim, o conhecimento pedagógico sobre o que dar e como dar aulas de instrumento em grupos, sobre o “modo de fazer” conforme Mendes (2011), tem que ser construído, e a orientação, diálogo e muitas vezes “receitas”, podem ser caminhos significativos e pontos de partida seguros para quem se vê na prática sem saber por onde começar.

Ensino de instrumento em grupo: os desafios da prática.

No primeiro semestre de 2014, o estágio foi desenvolvido em duas escolas públicas de Brasília, denominadas de Escolas Parque. Havia uma turma de teclado em grupo, outra de violão em grupo, e duas outras com instrumentos variados (baixo, violão, percussão). No caso do ensino em grupo ou coletivo em escolas públicas, há que se considerar que: 1) os alunos são obrigados a estarem na aula; 2) as faixas etárias são diferentes; 3) a escola é inclusiva; 4) não há instrumentos para todos, e somente alguns têm instrumentos em casa; 5) a frequência dos alunos é irregular, sendo que alunos de outras turmas podem aparecer de vez em quando, constituindo um grupo muito heterogêneo. A escola já desenvolve “oficinas de instrumento” desde a década de oitenta⁴, sendo, portanto, um lugar ideal para os estagiários com foco no ensino do instrumento.

Considerando essa realidade, e concordando que o ensino de instrumentos em grupos é uma possibilidade para a escola pública, a questão volta-se para que tipos de ensino de instrumento em grupos são possíveis nesses espaços. As possibilidades de ensinar alunos a tocarem instrumentos são imensas e variadas. O que pode ser dado na aula e como dependerá do conhecimento, experiência, criatividade, envolvimento, características do professor, e também do contexto e da resposta dos alunos.

As situações de desafio enfrentadas pelos licenciandos foram várias: saber mobilizar alunos; ter desenvoltura para lidar com as diferentes situações que ocorrem durante a aula sem perder o contato com todo o grupo; saber ensinar músicas para todos; saber oferecer aulas que sejam dinâmicas e prazerosas, saber escolher material, saber dosar diferentes atividades em aula, ter a percepção para direcionar a aula e aproveitar o que dela surge e, sobretudo, saber conduzir a aula para que todos pudessem aprender de alguma forma. Independente de qual contexto eles se encontravam (aulas de violão, de teclado ou de instrumentos variados), os alunos demonstraram dificuldades em: 1) selecionar e ensinar um repertório para todos ao mesmo tempo; 2) resolver problemas para e com todo o grupo e não individualmente; 3) propor atividades diferentes em sala de aula; 4) perceber o problema e as características de cada aluno e resolvê-lo de forma coletiva; 5) propor comandos musicais efetivos.

⁴ Ver GURGEL, Verônica. Os professores de instrumentos e suas ações nas Escolas Parque de Brasília: uma pesquisa descritiva. Dissertação (Mestrado Música em Contexto). Universidade de Brasília – UnB, 2014.

Uma primeira questão é saber que repertório apresentar na aula. Atualmente, o conceito de “repertório” tem sido ampliado, tanto quanto os critérios para sua escolha. Uma peça pode ser aprendida de diversas formas (pela leitura, por imitação, composição própria ou coletiva, de ouvido, ou uma combinação destes). E há diversos critérios para selecionar repertórios. Pensando na motivação do aluno em aprender a tocar alguma coisa logo nas primeiras aulas, um primeiro critério é selecionar peças que sejam fáceis de aprender (tecnicamente fáceis de tocar), mas musicalmente interessantes, ou que “soem bem”.

Outro ponto a considerar é que não é necessário tocar toda a melodia ou melodia com acompanhamento. Por ser um grupo, a peça pode soar como um todo a partir das partes tocadas por cada um ou por cada grupo. Por exemplo, um grupo toca um acorde, enquanto outro grupo toca o segundo acorde. Para as turmas de violão, duas peças foram selecionadas. A primeira, o *Baião de Ninar*, de Edino Krieger, por ser uma peça que pode ser tocada apenas com um acorde com a sétima maior (no caso, o acorde escolhido foi o de Lá com sétima maior). Alguns alunos conseguiram tocar no tempo forte, outros, tocar no tempo forte e cantar a melodia, outros, tocar com um ritmo de baião. Para melhorar a apresentação final da melodia, e para “segurar o tempo” como costumam dizer os alunos, foram usados playbacks gravados pelos próprios estagiários, com bateria ou pandeiro e triângulo. Ou ainda, usando playbacks de baião disponíveis na internet.

Para aprender a tocar a peça, foram usados braços do violão confeccionados com papelão, cordão (simulando as cordas) e palitos (marcando as casas). O objetivo foi manter os alunos treinando a posição no instrumento enquanto outros tinham o instrumento real. A troca era realizada frequentemente, evitando a frustração de não estarem com instrumento todo o tempo.

Ainda usando este acorde, e acrescentando outro (ré maior), abriu-se um leque de opções para outros repertórios. Por exemplo, a música “*Vi dois siris jogando bola*”, de Luiz Gonzaga. Nesse caso, cada grupo de alunos tocava um acorde, dependendo da parte da música onde se necessitava um e outro. No refrão, todos tocavam ainda o acorde com sétima maior. Aos poucos, eles foram se sentindo confortáveis para trocar os acordes de lá e ré. Ou seja, não há necessidade de aprender a tocar dois acordes para fazer um repertório, nem de se ter um violão para cada um. Um resultado musical atraente pode ser complementado com playbacks, e outras peças ou partes de peças poderão ser criados pelos alunos.

Assim como observa Cruvinel (2008), para que o ensino em grupo ou ensino coletivo chegue ao contexto escolar, é necessário que educadores e escolas “comprem” a idéia, sistematizando metodologias adequadas para a realidade de cada escola e investindo na capacitação de professores especializados para sua implementação.

“O Estágio Curricular Supervisionado representa uma primeira aproximação formal do licenciando com o seu campo de atuação profissional. É o momento em que o discente tem a oportunidade de conhecer os dilemas e os campos de atuação profissional. Por isso, as universidades devem dar devida atenção à atividade.” (CRUVINEL, 2008, p.11)

Conclusões

Dar aulas em grupo significa sair de um caminho conhecido e reconhecido como adequado e adentrar em um mundo de experimentações. As experimentações e idéias são necessárias como ponto de partida, como referência ou um modelo possível, a partir do qual os alunos poderão conhecer exemplos do que é possível fazer. A partir daí, ganharem confiança na criação de outras estratégias e materiais. O estágio supervisionado e as práticas docentes podem ser esse espaço onde o que e como ensinar instrumentos musicais em grupo serão detalhadamente vivenciados.

Referências

ALARCÃO, Isabel. *Escola reflexiva e nova racionalidade*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

CRUVINEL, Flávia. *Educação musical e transformação social*. Goiânia: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2005.

CRUVINEL, Flávia Maria. O Ensino Coletivo de Instrumentos Musicais na Educação Básica: compromisso com a escola a partir de propostas significativas de Educação Musical. Meio eletrônico, 2008. Disponível em: http://www.jacksonsavitraz.com.br/abemco.ida.unb.br/admin/uploads/pdf/forum2_flavia_cruvinel.pdf. Consultado em 17 de junho de 2014.

CORVISIER, Fátima G. M. Uma nova perspectiva para a disciplina piano complementar. In: Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação - ANPPOM, 8., 2008, Salvador. *Anais*. Salvador: ANPPOM, 2008. pg. 191-194

FISCHER, Christopher F. *Teaching Piano in Groups*. New York: Oxford, 2010.

GATTI, Bernadete; BARRETO, Elisabeth. *Professores do Brasil: impasses e desafios*. Brasília. UNESCO, 2009.

MENDES, Paulo Eduardo. *Uma receita de letramento*. Meio Eletrônico, 2011. Disponível em: <http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/126/artigo234268-1.asp>

MONTANDON, Maria Isabel. Ensino coletivo, ensino em grupo: mapeando as questões da área. In: ENECIM – Encontro Nacional de Ensino Coletivo de Instrumento Musical, 1., 2002, Goiânia. Anais.... Goiânia: UFG, 2003. p. 44-48.

MONTANDON, Maria Isabel. Piano Suplementar – função e materiais. In: SEMPEM, 1., 2001, Goiânia, *Anais...* Disponível em: <<http://www.musica.ufg.br/mes-trado/anais/anais%20IV%20Sempem/artigos/artigo%20Maria%20Isabel.pdf>>. Consultado em 12 de agosto de 2014.

PIMENTA, Selma; LIMA, Maria Socorro. *Estágio e Docência*. São Paulo: Cortez Editora. 2004.

SODRÉ, Luan. Ensino coletivo na educação básica- um caminho que pode dar certo. Congresso Nacional de Educação Musical da UEFS, 1. 2012. Bahia. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/171080416/ENSINO-COLETIVO-DE-INSTRUMENTOS-MUSICAIS-NA-EDUCAC-A-O-BASICA-UM-CAMINHO-QUE-PODE-DAR-CERTO> Consultado em 07 de agosto de 2014.

SWANWICK, Keith. Ensino instrumental enquanto ensino de música. *Cadernos de Estudo Educação Musical*, Belo Horizonte, no. 4 e 5, p. 7 – 14, 1994.

TOURINHO, Ana C. G. O ensino coletivo de violão na educação básica e em espaços alternativos: utopia ou possibilidade? In: Encontro Regional da ABEM Centro Oeste e III Encontro Nacional de Ensino Coletivo de Instrumentos - ENECIM, 8., 2008, Brasília. *Anais...* Brasília: ABEM, 2008.